



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região
Coordenadoria de Licitações e Contratos

ANEXO VIII DO EDITAL

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM, ENTRE SI,
A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL
DO TRABALHO DA QUINTA REGIÃO, E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

A União, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA QUINTA REGIÃO**, sediado na Rua Ivonne Silveira, 248 - Narandiba (Via local da Av. Paralela - sentido - Centro), Salvador - BA, inscrito no CNPJ sob o n. 02.839.639/0001-90, neste ato representada por seu **Diretor Geral, Tarcísio José Filgueiras dos Reis**, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o n. **XXXXXXXXXX**, sediada na **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato **representada por XXXXXXXXXXXXXXXX (preencher com nome e função)**, conforme atos constitutivos e/ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **PROAD n. 3024/2025** e em observância às disposições da **Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis**, resolvem celebrar o presente **Termo de Contrato**, decorrente do(a) **Pregão Eletrônico n. 90005/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO – O objeto deste contrato é a prestação de serviços de auditoria médico-hospitalar, bem como assessoramento técnico ao Programa de Assistência à Saúde deste

Regional – TRT5-SAÚDE, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

PARÁGRAFO ÚNICO – Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1. O Termo de Referência;
2. O Edital da Licitação;
3. A Proposta da CONTRATADA;
4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO - O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A prorrogação será condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA, **atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:**

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação;
- f) Não haja registro no CADASTRO INFORMATIVO DE CRÉDITOS NÃO QUITADOS DO SETOR PÚBLICO FEDERAL (CADIN).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

PARÁGRAFO QUARTO – Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou

eliminados como condição para a renovação.

PARÁGRAFO QUINTO – O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

PARÁGRAFO SEXTO – Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto **constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A EXECUÇÃO DO OBJETO SEGUIRÁ A SEGUINTE DINÂMICA:

1. A contratação deverá ocorrer até 30/06/2026, visto que o atual contrato, proad 12592/2019, que finalizaria dia 08/01/2026 foi prorrogado excepcionalmente por mais 12 (doze) meses a partir de 09/01/2026, com possibilidade de rescisão tão logo o presente processo esteja concluído.
2. O local da prestação de serviços será a Cidade de Salvador nas dependências do TRT 5ª Região, mais precisamente nas instalações anexas à SASS - Secretaria de Assistência à Suplementar à Saúde (TRT5 Saúde) sede Fórum 2 de Julho, localizado na Rua Ivonne Silveira, 248 Narandiba (Via local da Av. Paralela - sentido - Centro), Salvador - BA, 41192-007 ou externamente nos hospitais e clínicas da rede credenciada do plano.
3. Os médicos auditores, bem como as enfermeiras, externo/interno trabalharão internamente e externamente, auditando nos hospitais e clínicas da rede credenciada do plano.
4. Os serviços externos poderão ser realizados remotamente, por conveniência operacional da administração da Secretaria de Assistência Suplementar à Saúde - SASS.
5. Deverá ter necessariamente a presença física de um médico, no mínimo, 02 dias por semana nas dependências físicas da SASS.

6. Sem prejuízo da fiel observância, por parte da futura contratada, da legislação trabalhista e das convenções coletivas de trabalho da categoria profissional, especialmente no que diz respeito à jornada de trabalho, os serviços serão prestados de segunda a sexta-feira, entre 7 às 19 horas conforme tabela abaixo:

POSTOS:	Qtde.	Jornada diária	Jornada semanal
ENFERMEIRA AUDITORA EXTERNA/ INTERNA	2 profissionais	6 horas	30 horas
ENFERMEIRA AUDITORA INTERNA	2 profissionais	6 horas	30 horas
FATURISTA	2 profissionais	6 horas	30 horas
MÉDICO AUDITOR EXTERNA / INTERNA	3 profissionais	4 horas	20 horas
MÉDICO CONSULTOR TÉCNICO	1 profissional	6 horas	30 horas

7. Em situações excepcionais, a Administração do TRT5 poderá alterar os horários de prestação dos serviços, sem aumento de pessoal e dentro do limite estabelecido na lei.
8. Os postos de trabalho poderão ser requisitados a trabalhar inclusive nos feriados forenses, listando abaixo alguns exemplos:
- Sexta-feira de carnaval;
 - Quarta feira de cinzas;
 - Quarta-feira santa;
 - Quinta-feira santa;
 - 11 de agosto (dia do Magistrado);
 - 1º de novembro (todos os santos);
 - Período de recesso forense: de 20/12 a 06/01 do ano subsequente.
9. Caso haja funcionamento regular dos postos de trabalho nos dias e horários estabelecidos nos itens anteriores, o TRT5 não pagará valores adicionais pelas horas e/ou dias de serviços trabalhados, uma vez que tais períodos são feriados apenas no âmbito do Poder Judiciário.

10. Em razão da prestação dos serviços de saúde serem contínuos sem interrupções, mesmo durante o período de recesso deve ser mantido o funcionamento ininterrupto dos postos de serviços, conforme faculdade prevista no Art. 2º da Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 81/2024 não será adotada a compensação de jornada.

PARÁGRAFO SEGUNDO – DO RECEBIMENTO – Os serviços serão recebidos da seguinte forma:

1) Recebimento Provisório:

- a. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, após o período mensal correspondente.
- b. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:
 - I. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto quanto ao cumprimento de horário e proceder a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com exigências de caráter técnico.
 - II. O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários, auxílio transporte e auxílio alimentação do mês de competência, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato. As demais obrigações trabalhistas e previdenciárias serão conferidas a posteriori, condicionando o pagamento da fatura seguinte.
- c. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- d. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- e. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

- f. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- g. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- h. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

2) Recebimento Definitivo:

- a. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, pelo Gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
 - I. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022);
 - II. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
 - III. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
 - IV. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;
 - V. Enviar a documentação pertinente ao setor responsável pela formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

- b. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- c. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- d. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- e. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO – Não será permitida a subcontratação.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO – O valor mensal da contratação, para todos os postos, é de **R\$XXXXX (XXXXX)**, perfazendo o valor total para 5 (cinco) anos de **R\$XXXXX (XXXXX)**, conforme tabela abaixo.

Grupo	Item	Especificações	Und. medida	Qtde.	Valor mensal	Valor mensal total postos	Valor p/ 5 anos
1	1	Serviço de Enfermagem em Auditoria Externa e Interna	posto	2			
	2	Serviço de Enfermagem em Auditoria Interna	posto	2			
	3	Serviço de Auxiliar de Faturamento	posto	2			
	4	Serviço de Médico Auditor Externo	posto	3			
	5	Serviço de Médico Auditor Consultor Técnico Interno e Externo	posto	1			
TOTAL:							

PARÁGRAFO ÚNICO – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais,

trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO – O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA, **no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação.**

- a) A CONTRATADA, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato**, deverá providenciar o credenciamento no Sistema de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - (SIGEO-JT) para viabilizar os pagamentos das faturas vincendas no curso da execução do contrato.
- b) **Após o recebimento definitivo, a CONTRATADA deverá emitir e protocolar a nota fiscal no sistema SIGEO-JT**, acompanhada da regularidade fiscal e trabalhista (CND-Federal, CRF e CNDT ou SICAF), para fins de validação pelo fiscal do contrato e posterior liquidação.
- c) O **prazo de liquidação** será de **10 (dez) dias úteis** a contar do recebimento da nota fiscal, prorrogável por igual período.
- d) Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: prazo de validade, data da emissão, dados do contrato e do órgão contratante, o período respectivo de execução do contrato, o valor a pagar e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- e) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.
- f) O CONTRATANTE deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- g) Constatando-se junto ao SICAF a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma

vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

- h) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- i) Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.
- j) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- k) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- l) A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida LC.
- m) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- n) No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA para correção monetária.

CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS - Sobre a repactuação, serão observadas as seguintes regras:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação da CONTRATADO.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a. Será aplicado o percentual de reajuste salarial da categoria para os custos relativos a salário-base, que foram fixados pela Administração acima do piso salarial seguindo o valor de mercado, a partir da data de início dos efeitos financeiros de novo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato. Os demais benefícios previstos na norma coletiva da categoria obedecerão à atualização definida nestes instrumentos;
- b. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

I - Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

PARÁGRAFO QUARTO – A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

PARÁGRAFO QUINTO – Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021)

PARÁGRAFO SEXTO – É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Na repactuação, o CONTRATANTE não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da CONTRATADA, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais

ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.(art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021)

PARÁGRAFO OITAVO – Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

- I. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.
- II. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

PARÁGRAFO NONO – A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

- I. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.
- II. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.
- III. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção

ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

PARÁGRAFO DÉCIMO – Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO – A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO – O CONTRATANTE decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento, pela CONTRATADA, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º)

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO – O prazo referido no parágrafo anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO – A repactuação de preços poderá ser formalizada por apostilamento.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO – As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei n. 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO – A CONTRATADA deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO– A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pela CONTRATADA a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO – A revisão dos custos relativos ao vale-transporte poderá ser formalizada por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE – São obrigações do CONTRATANTE:

1. Promover todos os meios e elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato, visando facilitar ao CONTRATADO a execução dos serviços que lhe são afetos.
2. Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na prestação dos serviços e aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.
3. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida.
4. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, de acordo com os prazos estabelecidos no edital, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.
5. Cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho aprovado pela Resolução nº 310/2021 do CSJT, no que couber.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – São obrigações da CONTRATADA:

1. Indicar um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da contratada junto ao Tribunal para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado por este Regional.
2. Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito,

sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

3. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Tribunal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
4. Fornecer a seus empregados todos os instrumentos necessários ao cumprimento das obrigações.
5. Informar a relação dos empregados que prestarão serviços nas dependências do TRT5.
6. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, uma vez que estes não têm nenhum vínculo empregatício com o Tribunal.
7. Responder por valores adicionais ao valor do contrato, tais como custos de deslocamento, alimentação, transporte, alojamento, trabalho em sábados, domingos, feriados ou em horário noturno, bem como qualquer outro valor adicional.
8. Garantir o sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão da contratação, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los.
9. Atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável (“Dados Pessoais”) e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei 12.965 (Marco Civil da Internet), de 23 de abril de 2014, o Decreto Federal 8.771, de 11 de maio de 2016, a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região instituída pelo Ato TRT5 n. 468/2022, no que couber, e demais leis e regulamentos aplicáveis. No caso de situações não definidas nesta cláusula aplica-se o disposto na Lei nº 13.709/2018.
10. Cabe à CONTRATADA orientar e capacitar os seus empregados, ocupantes dos postos de serviço, sobre o dever de sigilo e proteção dos dados, bem como a metodologia utilizada para a coleta e para a garantia da segurança das informações e mecanismos de mitigação de risco adotados, em observância ao quanto consignado no item 11.2.9. do Termo de Referência.
11. Cabe à CONTRATADA fornecer ao CONTRATANTE o Termo de Confidencialidade, conforme Anexo I, devidamente assinado por cada trabalhador ocupante dos postos de serviço

contratados, orientando-os(as) quanto à necessidade da proteção e sigilo desses dados, além da responsabilidade intrínseca às atividades que estão desempenhando.

12. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação.
13. Dirigir e coordenar a prestação e execução dos serviços, ministrando as orientações quando necessárias, através do seu Preposto, inteirando-se com o Fiscal do Contrato, acerca das atribuições.
14. Cuidar da ordem e da disciplina da equipe de trabalho durante a prestação dos serviços, zelando pelo comportamento e em respeito às normas internas do TRT5.
15. Manter o funcionamento ininterrupto dos postos de serviços, providenciando imediatamente profissionais substitutos de pessoal em número suficiente, devidamente capacitados e treinados sempre que ocorrer férias, falta ao serviço, licença médica, demissão de profissionais ou qualquer outra situação similar.
16. Dar conhecimento prévio ao Fiscal do Contrato das substituições, (exclusões ou inclusões) dos ocupantes dos postos de serviço.
17. Orientar os seus empregados quanto a noções de higiene e apresentação pessoal durante o horário de serviço.
18. Instruir seus profissionais quanto à prevenção de incêndios nas unidades em que estiverem desenvolvendo suas atividades.
19. Fornecer ao fiscal do contrato, a qualquer momento, todas as informações de interesse do Contratante, por ele consideradas necessárias, atendendo prontamente às suas solicitações;
20. Manter os seus empregados devidamente identificados por crachá e uniforme.
21. Cabe à CONTRATADA capacitar todos os empregados em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, observada a carga horária mínima de duas horas mensais, com ênfase na prevenção de acidentes, conforme disposto na Resolução nº 98/2012 do CSJT.
22. Cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, terceira edição, aprovado pela Resolução nº 310/2021 do CSJT, no que couber.
23. Observar, sempre que possível, a participação equânime de homens e mulheres, com ocupação de, no mínimo, 50% de mulheres, nos termos da Resolução CNJ nº 255/2018, alterada pela Resolução CNJ nº 540/2023.
24. Emitir declaração de que a empresa contratada observa, sempre que possível, a participação

equânime de homens e mulheres, com ocupação de, no mínimo, 50% de mulheres, nos termos da Resolução CNJ nº 255/2018, alterada pela Resolução CNJ nº 540/2023, ou a justificativa para o não cumprimento.

25. Cumprir as disposições do art. 93 da Lei nº 8.213/1991 sobre a contratação de pessoas com deficiência.
26. Emitir declaração de que o contratado mantém a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme disposto no art. 116 da Lei nº 14.133/2021, ou a justificativa para o não cumprimento.
27. Os percentuais de mão-de-obra definidos neste Termo deverão ser mantidos durante toda a execução contratual.
28. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.
29. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados.
30. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente.
31. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto n. 6.481, de 12 de junho de 2008.
32. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.
33. Cumprir as demais obrigações previstas no Termo de Referência, inclusive os requisitos técnicos.
34. Proceder o cadastramento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT).
35. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- b) Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- c) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei n. 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.
- e) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei n. 14.133, de 2021](#).
- f) Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

36. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

37. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.
38. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
39. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
40. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
41. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
42. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
43. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
44. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei n. 14.133, de 2021](#).
45. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.
46. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados.

47. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.
48. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência.
49. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.
50. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
51. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
52. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
53. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.
54. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
55. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.
56. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes.
57. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte.
58. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da CONTRATANTE. Em caso de

impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADA deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

59. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
60. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente.
61. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência.
62. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.
63. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
64. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes.
65. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado.
66. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado.

67. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
68. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006.
- I. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar n. 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;
 - II. Para efeito de comprovação da comunicação, a CONTRATADA deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
69. Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei n. 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS AO PREPOSTO:

1. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
2. O CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.
3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4. O órgão poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
5. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
6. As disposições previstas no Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP n. 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME n. 98, de 26 de dezembro de 2022.

PARÁGRAFO SEGUNDO - FISCALIZAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS:

- 1) Toda a documentação comprobatória das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais deverá ser encaminhada exclusivamente em formato digital PDF-a, sendo que cada arquivo individual não poderá exceder o tamanho máximo de 10 KB. A ordem de apresentação será definida e comunicada formalmente pela fiscalização administrativa, devendo ser rigorosamente observados.
- 2) Em caso de necessidade de alteração desses requisitos (formato dos arquivos, tamanho e ordem de apresentação), motivada por mudanças nos sistemas deste TRT5, a Contratada será comunicada com antecedência, em prazo hábil para a devida organização e adaptação.
- 3) A Contratada é a única e exclusiva responsável pela veracidade, autenticidade, integridade e fidedignidade de todas as informações e documentos apresentados para a fiscalização. A constatação de informações falsas, incompletas ou inverídicas poderá acarretar a aplicação de sanções contratuais e legais cabíveis, sem prejuízo das demais medidas administrativas e judiciais.
- 4) Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações.
- 5) No primeiro mês da prestação dos serviços, no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:
 - a. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

- b. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;
 - c. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;
 - d. Termo de Confidencialidade, conforme modelo no Anexo I.
- 6) Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):
- a. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
 - b. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
 - c. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
 - d. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 7) Entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:
- a. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;
 - b. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;
 - c. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
 - d. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
 - e. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- 8) Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

- a. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
 - b. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
 - c. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
 - d. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 9) Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.6.1 do Termo de Referência referente ao primeiro mês da prestação dos serviços acima, deverão ser apresentados.
- 10) A Administração deverá analisar a documentação acima solicitada no item 6.6.4 do Termo de Referência referente à extinção ou rescisão do contrato no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente. O prazo será interrompido quando constatada documentação incompleta, equivocada ou inconsistente;
- 11) A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- a. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
 - b. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
 - c. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 12) Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas deverão ser apresentados na forma descrita nos itens 6.6.1, 6.6.2 e 6.6.3 do Termo de Referência.
- 13) Poderão ser solicitados os documentos originais não digitais ou documentos autenticados por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da

Administração, quando houver dúvida em relação à autenticidade ou integridade dos documentos digitais apresentados, ou quando a lei expressamente o exigir.

- 14) Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais e gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão informar às instâncias superiores, por meio de relatório detalhado embasado na fiscalização realizada, para ciência e adoção das devidas providências, perante a Receita Federal do Brasil (RFB).
- 15) Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais e gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão informar às instâncias superiores, por meio de relatório detalhado embasado na fiscalização realizada, para ciência e adoção das devidas providências, perante o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
- 16) O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, com base nos arts. 50 e 121 da Lei n.º 14.133/2021.
- 17) A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 18) Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada (art. 121, § 3º, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021).
- 19) Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, § 3º, inciso IV, da Lei n.º 14.133/2021).
- 20) O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

- 21) Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.
- 22) O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 23) A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 24) Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

a. Fiscalização inicial (quando a prestação de serviços for iniciada):

- I. Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;
- II. Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pelo contratado e pelo empregado;
- III. O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;
- IV. O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);
- V. Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para o contratado;
- VI. Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

b. Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

- I. Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;
- II. Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;
- III. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;
- IV. Deverá ser exigida declaração de que a empresa contratada mantém a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, mediante a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, conforme disposto no art. 116 da Lei nº 14.133/2021, ou a justificativa para o não cumprimento.
- V. Deverá ser exigida declaração de que a empresa contratada observa, sempre que possível, a participação equânime de homens e mulheres, com ocupação de, no mínimo, 50% de mulheres, nos termos da Resolução CSJT nº 255/2018, ou a justificativa para o não cumprimento.

c. Fiscalização diária:

- I. Devem ser evitadas ordens diretas do contratado dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.
- II. Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva do contratado.
- III. Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

- d. Cabe à fiscalização do contrato verificar se o contratado observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos, verificando, ainda, a necessidade de se proceder à repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação do contratado.
- e. O contratante deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes, de modo que, ao final de um ano, os extratos de todos os empregados tenham sido avaliados.

PARÁGRAFO TERCEIRO – DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS AOS EQUIPAMENTOS E ESTRUTURAS A SEREM DISPONIBILIZADOS:

- 1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:
 - a. Será disponibilizado acesso à internet, senha de acesso aos sistemas e programas utilizados pelo CONTRATANTE.
 - b. Será disponibilizado espaço físico, móveis, telefones e equipamentos necessários à realização dos serviços, como, por exemplo, computador e impressora.
 - c. Serão disponibilizadas instalações sanitárias à Contratada.
 - d. São de observância obrigatória pela Contratada as Normas Regulamentadoras relativas à segurança e medicina do trabalho.
 - e. A observância das Normas Regulamentadoras – NR não desobriga a contratada do cumprimento de outras disposições que, com relação à matéria, sejam incluídas em códigos ou regulamentos sanitários do Estado da Bahia ou do município de Salvador, e outras, oriundas de convenções e acordos coletivos de trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO – DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS ÀS NORMAS REGULAMENTADORAS RELATIVAS À SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO:

- 1. São de observância obrigatória pela CONTRATADA as Normas Regulamentadoras relativas à segurança e medicina do trabalho.

2. A observância das Normas Regulamentadoras - NR não desobriga a CONTRATADA do cumprimento de outras disposições que, com relação à matéria, sejam incluídas em códigos ou regulamentos sanitários do Estado da Bahia ou do município de Salvador, e outras, oriundas de convenções e acordos coletivos de trabalho.

3. Cabe à empresa contratada:

- a. Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho;
- b. Elaborar ordens de serviço sobre segurança e saúde no trabalho, dando ciência aos empregados por comunicados, cartazes ou meios eletrônicos.
- c. Informar aos trabalhadores:
 - I. Os riscos profissionais que possam originar-se nos locais de trabalho;
 - II. Os meios para prevenir e limitar tais riscos e as medidas adotadas pela empresa;
 - III. Os resultados dos exames médicos e de exames complementares de diagnóstico aos quais os próprios trabalhadores forem submetidos;
 - IV. Os resultados das avaliações ambientais realizadas nos locais de trabalho.
- d. Permitir que representantes dos trabalhadores acompanhem a fiscalização dos preceitos legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho.
- e. Determinar os procedimentos que devem ser adotados em caso de acidente ou doença relacionada ao trabalho.

4. Cabe aos profissionais cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde do trabalho, inclusive as ordens de serviço expedidas pelo empregador (Alterado pela Portaria SIT 84/2009).

5. Constitui ato faltoso a recusa injustificada do empregado ao cumprimento do disposto no item anterior.

PARÁGRAFO QUINTO - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS E DA EMPRESA:

1. ENFERMEIROS:

1.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 1.1.1. Enfermeiro(a) inscrito(a) no Conselho Regional de Enfermagem COREN;
 - 1.1.2. Experiência comprovada em Auditoria de Enfermagem por declaração de empregador ou empresa onde atuou, certificado ou qualquer outro meio idôneo;
 - 1.1.3. Experiência em assistência em Unidades de Tratamento Intensivo, comprovada por declaração de empregador ou empresa onde atuou, certificado ou qualquer outro meio idôneo;
 - 1.1.4. Experiência de usuário em sistemas de operadoras de saúde. comprovada por declaração de empregador ou empresa onde atuou, certificado ou qualquer outro meio idôneo;
 - 1.1.5. Experiência comprovada em regulação de operadoras de saúde, comprovada por declaração de empregador ou empresa onde atuou, certificado ou qualquer outro meio idôneo.
- 1.2. ATRIBUIÇÕES:
- 1.2.1. Auditar tecnicamente faturas médico-hospitalares que não são auditadas pela equipe de médico externa.
 - 1.2.2. Responder recursos de glosas.
 - 1.2.3. Avaliar solicitações de assistência domiciliar, solicitar orçamentos e definir a implantação.
 - 1.2.4. Autorizar solicitações de exames, fisioterapia, fonoaudiologia, sessões de psicologia e outras solicitações que não são inerentes à área médica.
 - 1.2.5. Comparecer às reuniões mensais, ou sempre que necessário com a equipe gestora.
 - 1.2.6. Manter atualizadas as várias planilhas de acompanhamento das auditorias médica e de enfermagem.
 - 1.2.7. Manter atualizado cadastro de fornecedores de medicamentos de alto custo e OPME.
 - 1.2.8. Realizar negociações com fornecedores de medicamentos de alto custo e OPME.
 - 1.2.9. Interagir com a rede credenciada hospitalar no que se refere às negociações e medicamentos e materiais ou outros assuntos que necessitem de sua participação.
 - 1.2.10. Quando em atividade externa, receber as contas hospitalares para auditar.

- 1.2.11. Efetuar auditoria das contas médico-hospitalares no que se refere a diárias, materiais, medicamentos, exames laboratoriais e outros exames simples, observando com seu conhecimento técnico se o material que está sendo apresentado na fatura é compatível com o procedimento realizado no paciente.
- 1.2.12. Aplicar e cumprir as normas emitidas pelo TRT5 saúde no que se referem a procedimentos de enfermagem.
- 1.2.13. Responder com presteza as solicitações feitas pelo TRT5 Saúde.
- 1.2.14. Preencher os relatórios de auditoria médica
- 1.2.15. Comunicar a auditoria interna dos hospitais as possíveis glosas, fazendo o consenso dos itens a serem corrigidos.
- 1.2.16. Encaminhar para o médico auditor da equipe os casos observados que necessitem de avaliação do mesmo. Exemplo: medicamentos de alto custo.
- 1.2.17. Assinar os relatórios de auditoria (assinatura eletrônica e / ou física) e responsabilizar-se pela exatidão das informações nos relatórios.
- 1.2.18. Organizar e zelar pelos prontuários, contas hospitalares e relatórios de auditoria.
- 1.2.19. Zelar pelos prazos e resposta das pós auditorias solicitadas pelo TRT5 Saúde
- 1.2.20. Cumprir os prazos da pré e da pós auditoria.
- 1.2.21. Contribuir com todos os membros da equipe, quando necessário.
- 1.2.22. Realizar coleta de dados nos hospitais que são elegíveis para apuração de índices da qualidade hospitalar.
- 1.2.23. Realizar visita à beira-leito sempre que houver solicitação do médico visitador.
- 1.2.24. Realizar visitas em pacientes de Assistência domiciliar sempre que necessário
- 1.2.25. Acompanhar a equipe gestora quando necessário sua presença em reuniões para dirimir dúvidas relativas à sua atuação.
- 1.2.26. Interagir com médicos e enfermeiros dos Programas de saúde, como Atenção Primária à Saúde, criados ou contratados pelo TRT5-Saúde, com o objetivo de discussão e consenso do planejamento dos casos em acompanhamento.

2. AUXILIAR DE FATURAMENTO:

2.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 2.1.1. Ensino Médio completo (antigo 2º grau), comprovado por certificado de conclusão do ensino médio ou certificado do ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos);

- 2.1.2. Curso/treinamento em faturamento e processamento de contas médico-hospitalares e/ou experiência mínima de 02 (dois) anos em faturamento e processamento de contas médico-hospitalares, comprovada por meio de carteira de trabalho ou documento equivalente, comprovada por meio de carteira de trabalho ou documento equivalente; ou declaração de empregador ou de empresa onde atuou; ou certificado ou qualquer outro meio idôneo.

2.2. ATRIBUIÇÕES:

- 2.2.1. Receber as faturas físicas, nas dependências do TRT5-Saúde, e analisar os processos da área de saúde,;
- 2.2.2. Analisar administrativamente as contas de internações hospitalares, faturas de consultas, de procedimentos de diagnósticos, terapêuticos, de internações em pronto-socorro, de clínicas, de internação domiciliar, de atendimento de emergência/urgência e ambulatorial, bem como as cobranças de materiais e medicamentos, inclusive o de quimioterapia e de todo, e de todas as faturas que a unidade gestora do TRT5-Saúde entender necessária;
- 2.2.3. Realizar auditoria administrativa das contas médico-hospitalares, compatibilizando-as com as normas do TRT5-Saúde, o contrato de credenciamento e as tabelas acordadas. Deverão ser observadas durante a execução da análise, obrigatoriamente, os seguintes pontos: se os serviços cobrados foram prestados; se os procedimentos seriados, autorizados, estão acompanhados de solicitação médica e/ou encaminhamento à rede credenciada do Programa e de controle de presença; se as faturas seguem as instruções gerais que acompanham as tabelas;
- 2.2.4. Indicar eventuais glosas, que deverão ser estabelecidas com clareza e devidamente justificadas; pelo auditor responsável em meio físico e no sistema informatizado do TRT5-SAÚDE;
- 2.2.5. Efetuar glosas administrativas com as respectivas justificativas e registrá-las no sistema eletrônico do programa TRT5-Saúde;
- 2.2.6. Analisar os processos de solicitação de reembolso.

3. MÉDICO AUDITOR:

3.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 3.1.1. Médico(a) inscrito(a) no Conselho Regional de Medicina CRM.

- 3.1.2. Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Auditoria Médica ou experiência comprovada em Auditoria Médica, mediante Registro de Qualificação de Especialista emitido pela Sociedade Brasileira de Auditoria Médica ou por declaração de empregador ou empresa onde atuou, certificado ou qualquer outro meio idôneo.
- 3.1.3. Experiência comprovada em regulação de operadoras de saúde, comprovada por declaração de empregador ou empresa onde atuou, certificado ou qualquer outro meio idôneo.
- 3.1.4. Conhecimento em normativas da ANS, comprovada por declaração de empregador ou empresa onde atuou, certificado ou qualquer outro meio idôneo.
- 3.1.5. Experiência comprovada em análise de contas e auditoria concorrente em operadoras de saúde, comprovado por declaração de empregador ou empresa onde atuou, certificado ou qualquer outro meio idôneo.
- 3.1.6. Habilidades de usuário em sistemas de informática de operadoras, comprovada por declaração de empregador ou empresa onde atuou, certificado ou qualquer outro meio idôneo.
- 3.1.7. Experiência em assistência em Unidades de tratamento intensivo, comprovada por declaração de empregador ou empresa onde atuou, certificado ou qualquer outro meio idôneo.
- 3.2. ATRIBUIÇÕES:
 - 3.2.1. Exercer atividades na área de regulação do TRT5 Saúde, avaliando e deferindo pareceres sobre autorizações e/ou negativas das solicitações de atendimento médico-hospitalares pertinentes à área médica, tais como internamentos, assistência domiciliar, prorrogações de internamentos hospitalares , procedimentos ambulatoriais e exames complexos.
 - 3.2.2. Interagir com hospitais e médicos assistentes quando necessário.
 - 3.2.3. Apoio a equipe de enfermagem quando houver dúvidas nas autorizações de exames, fisioterapia e outros.
 - 3.2.4. Apoio a equipe de negociação de OPMEs e medicamentos quando necessário.
 - 3.2.5. Responder os e-mails da equipe de beneficiários sobre dúvidas, coberturas etc.
 - 3.2.6. Assessorar tecnicamente o setor jurídico nas respostas às liminares judiciais.

- 3.2.7. Realizar perícias médicas nos beneficiários nos casos que forem julgados necessários.
- 3.2.8. Comparecer às reuniões mensais, ou sempre que necessário com a equipe gestora.
- 3.2.9. Atuar como assistente técnico nas questões judiciais, inclusive comparecendo às perícias judiciais presenciais.
- 3.2.10. Auditar contas hospitalares nas dependências dos hospitais credenciados
- 3.2.11. Primar pelo consenso das divergências
- 3.2.12. Fazer visitas aos beneficiários internados, avaliando pertinência da internação, pertinência da acomodação, identificando uso de medicações off label, eventos adversos, ou quaisquer outras situações que comprometam a qualidade e a economicidade da assistência. Deve-se avaliar e priorizar as possibilidades de desospitalização
- 3.2.13. Confeccionar relatórios de visitas médicas
- 3.2.14. Confeccionar pareceres sobre prorrogações de internamentos e materiais de alto custo, quando utilizados de urgência/ emergência em pacientes internados.
- 3.2.15. Responder com presteza as solicitações feitas pelo TRT5 Saúde.
- 3.2.16. Acompanhar a equipe gestora quando necessário sua presença em reuniões para dirimir dúvidas relativas à sua atuação.
- 3.2.17. Elaborar pareceres técnicos.
- 3.2.18. Interagir com médicos e enfermeiros dos Programas de saúde, como Atenção Primária à Saúde, criados ou contratados pelo TRT5-Saúde, com o objetivo de discussão e consenso do planejamento dos casos em acompanhamento.

4. MÉDICO CONSULTOR TÉCNICO:

4.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 4.1.1. Médico(a) inscrito(a) no Conselho Regional de Medicina CRM.
- 4.1.2. Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Auditoria Médica, mediante Registro de Qualificação de Especialista emitido pela Sociedade Brasileira de Auditoria Médica ou por declaração de empregador ou empresa onde atuou, certificado ou qualquer outro meio idôneo.

- 4.1.3. Pós-graduação em Gestão em Saúde, certificado de conclusão pela respectiva instituição, comprovado por declaração de empregador ou empresa onde atuou, certificado ou qualquer outro meio idôneo.
 - 4.1.4. Conhecimento de legislação em operadoras de saúde, comprovado por declaração de empregador ou empresa onde atuou, certificado ou qualquer outro meio idôneo.
 - 4.1.5. Experiência em acompanhamento de carteiras de gerenciamento de doenças crônicas, comprovada por declaração de empregador ou empresa onde atuou, certificado ou qualquer outro meio idôneo.
 - 4.1.6. Experiência de usuário em sistemas de operadoras de saúde, comprovada por declaração de empregador ou empresa onde atuou, certificado ou qualquer outro.
- 4.2. ATRIBUIÇÕES:
- 4.2.1. Acompanhar as ações dos programas de Atenção Primária à Saúde ou outros Programas criados ou contratados pelo TRT5-Saúde com vistas a garantir o cumprimento das regras contratuais entre TRT5 Saúde e os respectivos credenciados.
 - 4.2.2. Acompanhar todas as atividades de captação, identificando beneficiários que aderiram ao programa ou dificuldades de adesão.
 - 4.2.3. Acompanhar indicadores de satisfação dos beneficiários com o programa.
 - 4.2.4. Acompanhar os indicadores clínicos definidos no ato da contratação.
 - 4.2.5. Assessorar tecnicamente a equipe de credenciamento nas negociações de tabelas, formatação de pacotes, contratualização, extensões de credenciamento etc.
 - 4.2.6. Implementar programa de acompanhamento da rede credenciada através de indicadores da qualidade da assistência.
 - 4.2.7. Implementar programa de redução de custos em parceria com a gestão e equipe de negociação com credenciados.
 - 4.2.8. Assessorar tecnicamente a gestão e a equipe de informática nas melhorias dos sistemas de informática do TRT-Saúde.
 - 4.2.9. Desenvolver relatórios gerenciais para apoio à gestão

- 4.2.10. Assessorar tecnicamente o setor jurídico nas respostas às liminares judiciais se necessário.
- 4.2.11. Desenvolver diretrizes de utilização próprias do TRT-Saúde quando houver definição de extensão de coberturas além do Rol da ANS.
- 4.2.12. Participar de reuniões com a rede credenciada, quando necessário.
- 4.2.13. Realizar visitas técnicas em instituições de saúde quando necessário.
- 4.2.14. Comparecer às reuniões mensais, ou sempre que necessário com a equipe gestora.
- 4.2.15. Elaborar pareceres técnicos.
- 4.2.16. Interagir com hospitais e médicos assistentes quando necessário.
- 4.2.17. Realizar auditoria in loco, quando necessário.

5. ATRIBUIÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA:

- 5.1. Assessorar tecnicamente a equipe gerencial do TRT5-Saúde.
- 5.2. Analisar e implantar protocolos médicos para autorização de procedimentos e análise de contas hospitalares, após discussões com o responsável da empresa contratada;
- 5.3. Avaliar novas tecnologias;
- 5.4. Sugerir regras para liberação de procedimentos automática pelo sistema;
- 5.5. Emitir parecer para inclusão de procedimentos na cobertura do TRT5-Saúde e formular diretrizes para cobertura;
- 5.6. Dar assessoria técnica a equipe de credenciamento para subsidiar as negociações de tabelas e pacotes (composição etc.) junto à rede credenciada;
- 5.7. Dar assessoria técnica a equipe de credenciamento nos casos de contratualização com a rede referenciada;
- 5.8. Assessorar a área gerencial/comercial nas cotações de OPMEs;
- 5.9. Sugerir regras de parametrização no sistema de informática do TRT, de procedimentos médico hospitalares com a finalidade de autorização e auditoria de procedimentos médicos;
- 5.10. Comparecer reuniões internas ou externas sempre que for solicitado pela equipe gerencial;
- 5.11. Acompanhar a sinistralidade, juntamente com a Secretaria de Assistência Suplementar à Saúde , mensalmente, opinando, após discussão com o responsável da empresa de auditoria contratada, sobre estratégias de ação para subsidiar a gestão;

- 5.12. Emitir pareceres quando solicitados pela Secretaria da unidade para instrução de processos administrativos e judiciais, para ampliação de procedimentos no rol de cobertura do TRT5-Saúde e outros que se fizerem necessários.
- 5.13. Disponibilizar o profissional médico para atuar como assistente técnico junto às perícias judiciais e formular os quesitos técnicos.
- 5.14. Realizar perícia médica junto ao beneficiário, nos casos de solicitações de procedimentos, sempre que houver necessidade de esclarecimento técnico quanto à indicação clínica, pertinência, adequação ou conformidade com as diretrizes do TRT5-Saúde, e desde que haja condições para sua execução.
- 5.15. Preencher, quando necessário, as informações dos pacientes para o sistema DRG (Diagnosis Related Groups) para categorizar as saídas hospitalares através da permanência prevista para cada agrupamento de DRGs, definindo níveis de severidade, utilizando a base de dados nacionais.
- 5.16. A CONTRATADA deverá emitir os seguintes dados estatísticos/relatórios até o 5º dia útil do mês subsequente, a partir do 2º mês de efetiva prestação do serviço, que deverão ser entregues impressos em papel timbrado da empresa e em formato eletrônico compatível com os programas utilizados pelo CONTRATANTE:
 - 5.16.1. RESUMO DA AUDITORIA DE INTERNAMENTO (Dados do RAH)
 - 5.16.1.1. Relatório deve ser apresentado por mês:
 - 5.16.1.1.1. Número total de internamentos;
 - 5.16.1.1.2. Valor total apresentado;
 - 5.16.1.1.3. Valor médio por internamento;
 - 5.16.1.1.4. Valor total glosado;
 - 5.16.1.1.5. Percentual da glosa.
 - 5.16.2. ANÁLISE EVOLUTIVA DA AUDITORIA DE INTERNAMENTO POR CREDENCIADO (Dados do RAH)
 - 5.16.2.1. Relatório deve ser apresentado por mês, por credenciado e deve conter:
 - 5.16.2.1.1. Número total de internamentos;
 - 5.16.2.1.2. Valor total apresentado;
 - 5.16.2.1.3. Valor médio do faturamento por internamento;
 - 5.16.2.1.4. Valor total glosado;
 - 5.16.2.1.5. Percentual da glosa.

- 5.16.3. TEMPO MÉDIO DE INTERNAÇÃO GERAL E POR CREDENCIADO (Dados do RAH)
 - 5.16.3.1. Tempo médio de internamento geral;
 - 5.16.3.2. Tempo médio de permanência por credenciado;
 - 5.16.3.3. Tempo médio de permanência por CID.
- 5.16.4. CUSTO MÉDIO POR INTERNAÇÃO GERAL E POR CREDENCIADO
 - 5.16.4.1. Este relatório deverá mostrar:
 - 5.16.4.1.1. Custo médio por internação geral;
 - 5.16.4.1.2. Custo médio por internação por credenciado.
- 5.16.5. CUSTO MÉDIO POR PROCEDIMENTO
 - 5.16.5.1. Este relatório deverá mostrar:
 - 5.16.5.1.1. Custo médio por internações clínicas por especialidade geral;
 - 5.16.5.1.2. Custo médio por internações clínicas por especialidade por credenciado;
 - 5.16.5.1.3. Custo médio de procedimentos cirúrgicos, por procedimento, geral;
 - 5.16.5.1.4. Custo médio de procedimentos cirúrgicos, por procedimento e por credenciado;
 - 5.16.5.1.5. Custo médio geral de procedimentos cirúrgicos que não apresentaram complicações, como maior tempo de internamento que o esperado, etc geral;
 - 5.16.5.1.6. Custo médio geral de procedimentos cirúrgicos que não apresentaram complicações, como maior tempo de internamento que o esperado, etc por credenciado.
- 5.16.6. CUSTO DE PACIENTE-DIA TOTAL E POR HOSPITAL.
- 5.16.7. CUSTO DIA DE INTERNAÇÃO GERAL E POR CREDENCIADO.
- 5.16.8. TAXAS DE INTERNAÇÃO GERAL E POR CREDENCIADO:
 - 5.16.8.1. Taxa de internação por 1000 vidas;
 - 5.16.8.2. % de reinternações em 30 dias;
 - 5.16.8.3. % de moradores hospitalares (mais de 90 dias de internamento).
- 5.16.9. PAINEL DE PACIENTES POR CUSTO
 - 5.16.9.1. Segmentar e listar grupos de pacientes que compõem:
 - 5.16.9.1.1. Relação dos 20% dos pacientes com maior custo assistencial.
- 5.16.10. RELATÓRIO DE SEGMENTAÇÃO DO CUSTO HOSPITALAR (Dados do RAH):

- 5.16.10.1. Este relatório deve ser por hospital, por mês, e deve conter:
 - 5.16.10.1.1. Período de apuração
 - 5.16.10.1.2. Valor apresentado e valor liberado por segmento da conta hospitalar e percentual de glosas total e por segmento.
 - 5.16.10.1.3. Número de faturas auditadas
 - 5.16.10.1.4. Quantidade e valor das:
 - 5.16.10.1.4.1. Diárias;
 - 5.16.10.1.4.2. Taxas;
 - 5.16.10.1.4.3. Gases medicinais;
 - 5.16.10.1.4.4. OPME;
 - 5.16.10.1.4.5. Material de consumo;
 - 5.16.10.1.4.6. Hemoterapia;
 - 5.16.10.1.4.7. Medicamentos;
 - 5.16.10.1.4.8. Honorários médicos.
- 5.16.11. RELATÓRIO DE REVISÃO DE GLOSAS
 - 5.16.11.1. Este relatório deverá conter:
 - 5.16.11.1.1. Quantidade de solicitação de revisão de glosas geral;
 - 5.16.11.1.2. Quantidade de solicitação de revisão de glosas por credenciado;
 - 5.16.11.1.3. Quantidade e valor de reapresentações de glosas pagas geral;
 - 5.16.11.1.4. Quantidade e valor de reapresentações de glosas pagas por credenciado;
 - 5.16.11.1.5. Descrição das glosas e justificativas de pagamento por credenciado.
- 5.16.12. GLOSA COMO INDICADOR ASSISTENCIAL:
 - 5.16.12.1. Este relatório deve conter tipos de glosas geral e por credenciado:
 - 5.16.12.1.1. Percentual de glosas administrativas;
 - 5.16.12.1.2. Percentual de glosas técnicas /assistencial.
- 5.16.13. Outros relatórios e/ou dados julgados necessários e solicitados pelo TRT5-SAÚDE para atendimento às exigências de Órgãos Federais/Estaduais/Municipais, tais como – ANS, Ministério da Saúde e outros.
- 5.16.14. Relatório Mensal da Auditoria Médica, com informações sobre partos, óbitos, Day clinic, home care, glosas e outros dados que vierem a ser solicitados pelo TRT5-SAÚDE.

5.16.15. RELATÓRIOS DE PERFIL ASSISTENCIAL:

- 5.16.15.1. CIDs 10 prevalentes por internação;
- 5.16.15.2. CIDs 10 prevalentes em Pronto Atendimento;
- 5.16.15.3. Relatórios de pronto atendimento:
 - 5.16.15.3.1. Volume de atendimento no PA por beneficiário;
 - 5.16.15.3.2. Volume de atendimento no PA por prestador.
- 5.16.15.4. Perfil de atendimento no PA:
 - 5.16.15.4.1. CID mais frequente;
 - 5.16.15.4.2. Usuários mais frequentadores.

5.16.16. RELATÓRIO DE DOENÇAS CRÔNICAS E PROGRAMAS ASSISTENCIAIS:

- 5.16.16.1. Lista de pacientes crônicos por patologias identificadas pelo CID no sistema:
 - 5.16.16.1.1. DM, HAS, ICC, DPOC, Asma, IRC, etc.

5.16.17. RELATÓRIOS DE PROCEDIMENTOS E TECNOLOGIAS:

- 5.16.17.1. Procedimentos de alto custo acima de R\$30.000,00 (corregidos anualmente pelo IPCA):
 - 5.16.17.1.1. Por quantidade;
 - 5.16.17.1.2. Por CID associado.
- 5.16.17.2. Custo de OPME:
 - 5.16.17.2.1. Por tipo de procedimento;
 - 5.16.17.2.2. Por prestador;
 - 5.16.17.2.3. Desvio do padrão assistencial.
- 5.16.17.3. RELATÓRIOS DE QUALIDADE ASSISTENCIAL E DESFECHOS:
 - 5.16.17.3.1. Indicadores de qualidade assistencial.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RETENÇÃO DE VALORES EM CONTA-DEPÓSITO VINCULADA - O CONTRATANTE destacará do valor mensal do contrato e depositará em conta-depósito vinculada (bloqueada para movimentação) o somatório dos valores correspondentes às seguintes rubricas, OBSERVADAS AS DIRETRIZES DA RESOLUÇÃO CNJ 651/2025:

I - férias;

II - 1/3 constitucional sobre férias;

III - 13º salário;

IV - multa do FGTS por dispensa sem justa causa; e

V - encargos previdenciários incidentes sobre férias, 13º salário e 1/3 constitucional.

1. Os percentuais destacados das rubricas indicadas são as seguintes:

Item	Percentual		
Férias e 1/3 constitucional 12,10%	12,10%		
13º Salário	8,33%		
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	5,00%		
Subtotal	25,43%		
Incidência do Submódulo 2.2 sobre o pagamento de férias, 1/3 constitucional e 13º Salário (*)	7,39%	7,60%	7,82%
Total a contingenciar	32,82%	33,03%	33,25%
(*) O percentual do Submódulo 2.2 corresponderá àquele informado pela Contratada, em sua Proposta Comercial, de acordo com sua Planilha de Custos e Formação de Preços, considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no inciso II do art. 22 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.			

2. A retenção na conta vinculada incluirá também os encargos previdenciários e tributos aplicáveis sobre férias, 13º salário e 1/3 constitucional, tais como INSS, SESI, SESC, SENAI, SENAC, INCRA, salário-educação, FGTS, RAT + FAP e SEBRAE, conforme previsto em regulamentos específicos, observado o disposto no art. 31 da Lei nº 8.212/1991, aplicáveis ao caso.

3. Os pagamentos efetuados à CONTRATADA estarão sujeitos à retenção na fonte dos tributos previstos na legislação aplicável, incluindo, quando cabível, o Imposto de Renda, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS), Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e demais encargos exigidos pela legislação tributária vigente, aplicáveis ao caso.

4. O ordenador de despesas ou a servidor por ele designado adotará as providências necessárias para a abertura, manutenção e movimentação da conta vinculada, bem como fiscalizar sua correta operacionalização, nos termos determinados pela Resolução CNJ 651/2025.

5. Após a assinatura do contrato, o CONTRATANTE formalizará junto ao banco público oficial a solicitação de abertura da conta vinculada em nome do CONTRATADO, nos termos do art. 7º da Resolução CNJ 651/2025.

6. O CONTRATADO deverá assinar os documentos de abertura da conta vinculada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação, e firmar TERMO DE COOPERAÇÃO, conforme modelo anexo oriundo da Resolução CNJ 651/2025, que permita ao CONTRATANTE:

I - acessar os saldos e extratos da conta vinculada; e

II - condicionar a movimentação dos valores à sua autorização expressa.

6.1. O descumprimento do prazo para a assinatura da documentação de abertura da conta vinculada poderá ensejar aplicação das sanções previstas na Cláusula Décima Quarta do mencionado contrato.

6.2 O prazo para assinatura dos documentos poderá ser prorrogado pelo CONTRATANTE, mediante justificativa formal do CONTRATADO.

6.3. Os valores das tarifas bancárias de abertura e manutenção da conta vinculada, serão indicadas no Termo de Cooperação, conforme negociação do CONTRATANTE com o banco público oficial.

6.4. Eventuais despesas bancárias serão suportadas na taxa de administração do CONTRATADO, caso haja cobrança de tarifas e não seja possível a negociação de isenção ou redução.

6.5. Enquanto vigente o Termo de Cooperação Técnica celebrado por este TRT5 com o Banco do Brasil S/A, por meio do Proad nº 3240/2024 (atualmente vigente até 19/05/2029), não serão cobradas tarifas de abertura e manutenção da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, e seus saldos serão remunerados, na forma , com base no índice da Caderneta de e correção da Poupança.

7. A conta vinculada será aberta no Banco do Brasil, no nome da CONTRATADA, e movimentada exclusivamente por ordem do Tribunal CONTRATANTE, nos termos determinados pela Resolução CNJ 651/2025.

7.1. Durante a execução do contrato, poderá ocorrer liberação de valores da conta vinculada mediante autorização do Tribunal CONTRATANTE, que deverá expedir ofício ao banco público oficial, conforme modelo constante no TERMO DE COOPERAÇÃO e diretrizes da Resolução CNJ 651/2025.

8. Os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do CONTRATADO que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO somente na ocorrência do fato gerador, mediante comprovação documental, conforme disposto no § 3º, inciso V, do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.
9. No caso de pagamento direto aos empregados por inadimplemento do CONTRATADO, os valores pagos serão deduzidos do montante devido ao CONTRATADO, consoante prevê o inciso IV do § 3º do art. 121 da Lei n. 14.133/2021.
10. Caso o banco público oficial realize descontos diretamente na conta vinculada, os valores correspondentes serão destacados do pagamento mensal ao CONTRATADO.
11. É vedado o uso dos recursos da conta vinculada para fins diversos do pagamento de encargos trabalhistas e previdenciários.
12. Os valores depositados na conta vinculada são absolutamente impenhoráveis, conforme o art. 121, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.
13. O saldo remanescente da conta vinculada deverá ser liberado ao CONTRATADO após o encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, mediante comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.
14. O CONTRATADO poderá solicitar o resgate ou a movimentação da conta vinculada para quitação das verbas rescisórias dos empregados que comprovadamente atuaram na execução do contrato e que serão desligados em decorrência do encerramento da vigência contratual.
15. Caso haja saldo na conta vinculada após o resgate para pagamento das verbas rescisórias, os valores serão utilizados para quitação das obrigações trabalhistas dos empregados que permanecerem na empresa, proporcionalmente ao tempo em que estiveram alocados na execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO - A compensação de jornada dos trabalhadores da CONTRATADA alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto n. 12.174, de 11 de setembro de 2024, da

Instrução Normativa SEGES/MGI n. 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD – As partes deverão cumprir a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que porventura tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

1. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
2. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
3. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.
4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
5. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
6. A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
7. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
8. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com

cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
12. Os contratos e convênios de que trata o §1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL – Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei n. 14.133/2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo a CONTRATADA optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em caso de opção pelo **SEGURO-GARANTIA**, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.
2. Caso a adjudicatária não apresente a apólice de seguro-garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO – DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA GARANTIA

1. Quando a CONTRATADA optar por seguro-garantia, deverá apresentar a apólice no prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

2. Quando a CONTRATADA optar por uma das demais modalidades (caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, fiança bancária ou título de capitalização), deverá comprovar a garantia no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, após a publicação do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caso seja a garantia em **DINHEIRO** a modalidade de garantia escolhida pela CONTRATADA, deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

PARÁGRAFO QUARTO – Caso a opção seja por utilizar **TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA**, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

PARÁGRAFO QUINTO – No caso de garantia na modalidade de **FIANÇA BANCÁRIA**, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

PARÁGRAFO SEXTO – Na hipótese de opção pelo **TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO**, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao CONTRATANTE juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP n. 656, de 11 de março de 2022).

PARÁGRAFO SÉTIMO – A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO OITAVO – Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência da CONTRATADA, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

PARÁGRAFO NONO – No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da data em que for notificada.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

1. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n. 662, de 11 de abril de 2022.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Termo de Referência.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Comete infração administrativa, nos termos da Lei n. 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n. 14.133, de 2021);
- II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei n. 14.133, de 2021);
- III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei n. 14.133, de 2021).
- IV. **Multa** - Nos casos de retardamento da execução, inexecução parcial ou de inexecução total do contrato, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser sancionada, isoladamente ou conjuntamente com as multas seguintes:
 - a) **Moratória**, de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total mensal do contrato por dia de atraso injustificado no **início da execução** dos serviços até o máximo de 10% (dez por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - I. Para contabilizar o atraso no início da execução do contrato serão considerados dias seguidos, até o limite de 20 (vinte) dias.

- b) **Moratória**, de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total mensal do contrato por dia de paralisação injustificada dos serviços **durante a execução** do contrato até o máximo de 10% (dez por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- I. Para contabilizar o tempo de paralisação durante a execução do contrato, serão considerados dias seguidos ou alternados, até o limite de 20 (vinte) dias, dentro do mesmo exercício orçamentário.
- c) **Compensatória**, de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- I. No caso de inexecução total do objeto, no início ou durante a execução do contrato, além da penalidade prevista nos itens 13.1 e 13.2 do Termo de Referência será acrescida ao valor da multa moratória a multa compensatória, desde que as multas tenham fato gerador distinto.
- d) O atraso superior a 20 (vinte) dias para cumprimento de qualquer obrigação prevista neste Termo autoriza o CONTRATANTE a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I e II do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- e) **Moratória** de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para **apresentação, suplementação ou reposição da garantia**.
- f) **Moratória** de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para assinar os documentos de abertura da **conta vinculada** e firmar Termo de Cooperação, conforme art. 12, inciso VII, da Resolução CNJ 651/2025. Bem como, por atraso no cumprimento das normas sobre retenção e movimentação da conta vinculada conforme art. 9, inciso III, da Resolução CNJ 651/2025.
- g) Para contabilizar os atrasos previstos nos subitens **13.5 e 13.6** do Termo de Referência, serão considerados dias seguidos, até o limite de 30 (trinta) dias, após esse limite configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

h) Além da responsabilidade pelas infrações e sanções administrativas previstas na Lei 14.133/2021, (art. 155 e 156) poderão ser aplicadas multas relacionadas ao objeto quando verificado o descumprimento do contrato pela Fiscalização.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei n. 14.133, de 2021)

PARÁGRAFO QUARTO – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei n. 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUINTO – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado **no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação** (art. 157, da Lei n. 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SEXTO – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei n. 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SÉTIMO – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO OITAVO – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei n. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os **endereços de e-mail** informados na **proposta comercial**, bem como os cadastrados pela empresa no **SICAF**.
2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

PARÁGRAFO NONO – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei n. 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;

- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei n. 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – O CONTRATANTE deverá, **no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) (Art. 161, da Lei n. 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n. 14.133/21.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Os débitos da CONTRATADA para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME n. 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, **sem ônus para o CONTRATANTE**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

- I. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- II. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n. 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

PARÁGRAFO QUARTO – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

PARÁGRAFO QUINTO – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

PARÁGRAFO SEXTO – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Das indenizações e multas.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A extinção do contrato **não configura óbice** para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n. 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO OITAVO – O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

PARÁGRAFO NONO – O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que A CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

1. A garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e
2. Os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Na hipótese do parágrafo anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias, fica a CONTRATADA obrigada a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido à CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO– O CONTRATANTE poderá ainda:

1. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
2. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n. 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão

do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 48, parágrafo único, da Lei n. 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Para atender às despesas decorrentes dos serviços a que se refere o presente, o CONTRATANTE emitiu a favor da CONTRATADA a nota de empenho **XXXXXXXXXX** no valor de **R\$ XXXXX (XXXXX)** - ELEMENTO ORÇAMENTÁRIO: 3.3.90.37 – LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA.

PARÁGRAFO ÚNICO – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS – Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n. 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n. 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

PARÁGRAFO QUINTO – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n. 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO - Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n. 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n. 14.133, de 2021, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO - Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado da Bahia, na cidade de Salvador, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n. 14.133/21.

Salvador, de de 20XX

Tarcísio José Filgueiras dos Reis

Diretor Geral

Representante Legal do CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante Legal da CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Gestor(a) do Contrato/TRT5

Minuta de Contrato baseada no modelo disponibilizado pela Advocacia Geral da União - AGU, no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos>.

TRT da 5ª Região
Contrato – Terceirização
Agosto/2025 - versão 5.0

ANEXO DO CONTRATO

MODELOS DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, PRIVACIDADE E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - EMPREGADO

Eu _____, cargo _____, brasileiro(a), portador(a) da cédula de identidade RG n. _____, inscrito(a) no CPF sob o n. _____, residente e domiciliado(a) na _____, abaixo firmado(a), assumo o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre **todas** as informações escritas ou verbais, físicas ou digitais, especialmente – mas não exclusivamente – a questões relacionadas à técnica, identidade da marca, manuais de estilo, *know-how*, tecnologia, documentos, programas de computador e documentação, códigos fonte, relatórios, dados pessoais, financeiros ou de outra natureza, registros, formulários, ferramentas, produtos, serviços, metodologias, cadastro de distribuidores/fornecedores/representantes, pesquisas presente e futura, conhecimento técnico, planos de marketing, segredos estratégicos, estratégia de atuação e outros materiais, a que tiver acesso em virtude do exercício do meu trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5).

Declaro ainda que, em virtude das atividades desempenhadas, caso tenha acesso a informações sigilosas, pessoais e sensíveis de Titulares, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados, deverei realizar o tratamento das referidas informações para a única e exclusiva finalidade de atendimento e/ou realização de procedimentos que visem à prestação de serviços do TRT5, de acordo com os arts. 7º, 11 e 14 da norma vigente, no limite do quanto aplicável.

1. Por este termo de confidencialidade, privacidade e segurança da informação comprometo-me a:
 - 1.1. Obedecer a Política de Segurança da Informação, a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, ambas do TRT5, incluindo suas normas complementares, a fim de zelar pela privacidade, proteção de dados pessoais/sensíveis e segurança da informação em todas as atividades executadas;
 - 1.2. Não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento a terceiros, de dados, informações de qualquer natureza obtidas com sua atuação, incluindo-se, ainda, os dados pessoais de terceiros, exceto nos casos de contratação ou convênio firmado pelo TRT5, mediante autorização expressa desta instituição;

- 1.3. Utilizar as informações obtidas no desempenho das atividades, bem como tratar dados pessoais e/ou sensíveis, somente na forma orientada pelo TRT5, seguindo-se o estritamente disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/18) e demais regulamentações emitidas pela autoridade competente, mantendo os dados pessoais em repositórios seguros e tratando-os em estrita observância aos princípios legais;
- 1.4. Manter condutas adequadas à preservação da confidencialidade e integridade da informação a que tiver acesso, como forma de evitar a ocorrência de incidentes de segurança da informação, aderindo às instruções e medidas de segurança técnicas e administrativas indicadas pelo TRT5;
- 1.5. Utilizar e acessar os ativos e informações que foram autorizados para execução das atividades dentro dos limites estabelecidos pelo TRT5, devendo reportar, à Central de Serviços (SETIC Atende), no menor tempo possível, todo e qualquer incidente de segurança da informação que identificar ou, ainda, qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas neste termo, que tenha ocorrido por ação ou omissão, independentemente da existência de dolo;
- 1.6. Não utilizar QUAISQUER informações (técnicas, administrativas, gerenciais, pessoais ou de qualquer natureza), confidenciais ou não, a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o benefício de terceiros;
- 1.7. Não apropriar para si ou para outrem QUALQUER material técnico, administrativo, pessoal ou de qualquer natureza, que venha a ser disponibilizado;
- 1.8. Entregar imediatamente ao TRT5, após o término do vínculo com o Órgão, e independente de qualquer notificação, todas as informações fornecidas e todas as cópias das mesmas, incluindo backup de dados e outros documentos e materiais que incorporem ou reflitam quaisquer Informações; e
- 1.9. Em caso de teletrabalho ou trabalho remoto, manter todos os dispositivos utilizados remotamente configurados de forma segura, incluindo: manter o sistema operacional atualizado e com o firewall local ativado; utilizar somente softwares recomendados pelo TRT5; evitar a instalação de softwares não confiáveis ou não licenciados; instalar antivírus e configurá-lo para atualizar automaticamente; utilizar a VPN do TRT5 para acessar os serviços de TI internos; evitar a utilização do dispositivo de trabalho remoto para outros fins, a exemplo de jogos, redes sociais e navegação em sites não confiáveis; não acessar a Internet por meio de rede sem fio pública, compartilhada com terceiros ou cujo acesso não seja protegido por senha; evitar realizar as atividades laborais em locais públicos ou sem a reserva adequada.
2. Para fins deste termo, a definição de **“informação confidencial”** inclui, mas não se limita, aos dados pessoais/sensíveis ou não, constantes de documentações técnicas, relatórios técnicos,

operações, instalações, equipamentos, segredos de negócio, segredo de fábrica, dados, habilidades especializadas, projetos, métodos e metodologia, sistemas, softwares, bases de dados, fluxogramas, especializações, componentes, fórmulas, produtos, amostras, diagramas, desenhos de esquema industrial, patentes, oportunidades de mercado e questões relativas a negócios revelados nos manuais de serviço.

- 2.1. Não constituirá “**informação confidencial**” para os propósitos deste Termo aquela que seja de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão do signatário deste documento.
- 2.2. Em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, o signatário deverá tratar a mesma sob sigilo, de acordo com as cláusulas deste Termo, até que venham a ser autorizados por escrito pelo TRT5 a tratá-la diferentemente. De forma alguma o silêncio do TRT5 deverá ser interpretado como sendo uma liberação do compromisso de manter o sigilo da informação.
- 2.3. Caso o signatário seja obrigado, em decorrência de intimação de autoridade judiciária ou fiscal, a revelar quaisquer informações, comunicará por escrito ao TRT5, em até 24 horas, acerca da referida intimação, de forma a permitir que o TRT5 possa optar entre interpor a medida cabível contra a ordem judicial ou administrativa ou consentir, por escrito, com a referida revelação.
3. A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo, ora assumida por meio deste termo, terá a validade enquanto a informação não for tornada de conhecimento público por qualquer outra pessoa, ou mediante autorização escrita, concedida pelo TRT5.
4. Pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo, fica o(a) abaixo assinado(a) ciente da incidência de todas as sanções administrativas, civis e criminais aplicáveis.

_____, ____ de _____ de _____

Nome/Assinatura

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, PRIVACIDADE E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - EMPRESA

Eu _____, cargo _____, brasileiro(a), portador(a) da cédula de identidade RG n. _____, inscrito(a) no CPF sob o n. _____, residente e domiciliado(a) na _____, abaixo firmado(a), representante da empresa XXXXXXXXXXXX, assumo o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre **todas** as informações escritas ou verbais, físicas ou digitais, especialmente – mas não exclusivamente – a questões relacionadas à técnica, identidade da marca, manuais de estilo, know-how, tecnologia, documentos, programas de computador e documentação, códigos fonte, relatórios, dados pessoais, financeiros ou de outra natureza, registros, formulários, ferramentas, produtos, serviços, metodologias, cadastro de distribuidores/fornecedores/representantes, pesquisas presente e futura, conhecimento técnico, planos de marketing, segredos estratégicos, estratégia de atuação e outros materiais, a que tiver acesso em virtude do exercício do meu trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5). Declaro ainda que, em virtude das atividades desempenhadas, caso tenha acesso a informações sigilosas, pessoais e sensíveis de Titulares, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados, deverei realizar o tratamento das referidas informações para a única e exclusiva finalidade de atendimento e/ou realização de procedimentos que visem à prestação de serviços do TRT5, de acordo com os arts. 7º, 11 e 14 da norma vigente, no limite do quanto aplicável.

1. Por este termo de confidencialidade, privacidade e segurança da informação comprometo-me a:
 - 1.1. Obedecer a Política de Segurança da Informação, a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, ambas do TRT5, incluindo suas normas complementares, a fim de zelar pela privacidade, proteção de dados pessoais/sensíveis e segurança da informação em todas as atividades executadas;
 - 1.2. Não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento a terceiros, de dados, informações de qualquer natureza obtidas com sua atuação, incluindo-se, ainda, os dados pessoais de terceiros, exceto nos casos de contratação ou convênio firmado pelo TRT5, mediante autorização expressa desta instituição;
 - 1.3. Utilizar as informações obtidas no desempenho das atividades, bem como tratar dados pessoais e/ou sensíveis, somente na forma orientada pelo TRT5, seguindo-se o estritamente disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/18) e demais regulamentações emitidas pela autoridade competente, mantendo os dados pessoais em repositórios seguros e tratando-os em estrita observância aos princípios legais;
 - 1.4. Manter condutas adequadas à preservação da confidencialidade e integridade da informação a que tiver acesso, como forma de evitar a ocorrência de incidentes de segurança

da informação, aderindo às instruções e medidas de segurança técnicas e administrativas indicadas pelo TRT5;

- 1.5. Utilizar e acessar os ativos e informações que foram autorizados para execução das atividades dentro dos limites estabelecidos pelo TRT5, devendo reportar, à Central de Serviços (SETIC Atende), no menor tempo possível, todo e qualquer incidente de segurança da informação que identificar ou, ainda, qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas neste termo, que tenha ocorrido por ação ou omissão, independentemente da existência de dolo;
- 1.6. Não utilizar QUAISQUER informações (técnicas, administrativas, gerenciais, pessoais ou de qualquer natureza), confidenciais ou não, a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o benefício de terceiros;
- 1.7. Não apropriar para si ou para outrem QUALQUER material técnico, administrativo, pessoal ou de qualquer natureza, que venha a ser disponibilizado;
- 1.8. Entregar imediatamente ao TRT5, após o término do vínculo com o Órgão, e independente de qualquer notificação, todas as informações fornecidas e todas as cópias das mesmas, incluindo backup de dados e outros documentos e materiais que incorporem ou reflitam quaisquer Informações; e
- 1.9. Em caso de teletrabalho ou trabalho remoto, manter todos os dispositivos utilizados remotamente configurados de forma segura, incluindo: manter o sistema operacional atualizado e com o firewall local ativado; utilizar somente softwares recomendados pelo TRT5; evitar a instalação de softwares não confiáveis ou não licenciados; instalar antivírus e configurá-lo para atualizar automaticamente; utilizar a VPN do TRT5 para acessar os serviços de TI internos; evitar a utilização do dispositivo de trabalho remoto para outros fins, a exemplo de jogos, redes sociais e navegação em sites não confiáveis; não acessar a Internet por meio de rede sem fio pública, compartilhada com terceiros ou cujo acesso não seja protegido por senha; evitar realizar as atividades laborais em locais públicos ou sem a reserva adequada.
2. Para fins deste termo, a definição de **“informação confidencial”** inclui, mas não se limita, aos dados pessoais/sensíveis ou não, constantes de documentações técnicas, relatórios técnicos, operações, instalações, equipamentos, segredos de negócio, segredo de fábrica, dados, habilidades especializadas, projetos, métodos e metodologia, sistemas, softwares, bases de dados, fluxogramas, especializações, componentes, fórmulas, produtos, amostras, diagramas, desenhos de esquema industrial, patentes, oportunidades de mercado e questões relativas a negócios revelados nos manuais de serviço.
 - 2.1. Não constituirá **“informação confidencial”** para os propósitos deste Termo aquela que seja de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão do signatário deste documento.
 - 2.2. Em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, o signatário deverá tratar a mesma sob sigilo, de acordo com as cláusulas deste Termo, até que venham a ser autorizados por escrito pelo TRT5 a tratá-la diferentemente. De forma alguma o silêncio do

TRT5 deverá ser interpretado como sendo uma liberação do compromisso de manter o sigilo da informação.

- 2.3. Caso o signatário seja obrigado, em decorrência de intimação de autoridade judiciária ou fiscal, a revelar quaisquer informações, comunicará por escrito ao TRT5, em até 24 horas, acerca da referida intimação, de forma a permitir que o TRT5 possa optar entre interpor a medida cabível contra a ordem judicial ou administrativa ou consentir, por escrito, com a referida revelação.
3. A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo, ora assumida por meio deste termo, terá a validade enquanto a informação não for tornada de conhecimento público por qualquer outra pessoa, ou mediante autorização escrita, concedida pelo TRT5.
4. Pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo, fica o(a) abaixo assinado(a) ciente da incidência de todas as sanções administrativas, civis e criminais aplicáveis.

_____, ____ de _____ de _____

Nome/Assinatura